

---

**Márcia Mansur Saadallah**  
**Auto interesse e representação social na atuação das Ong's no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte**

**RESUMO**

A abertura democrática ocorrida no Brasil no início da década de 1980 marca um momento de transição no sistema de proteção social brasileiro. As idéias de descentralização, municipalização e participação ganham força, além da ampliação de direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo modelo de gestão para as políticas públicas, na perspectiva de melhorar o desempenho institucional do governo e de se garantir a participação popular na formulação e controle das políticas públicas no Brasil. Esta dissertação discute uma das inovações institucionais deste novo modelo: os conselhos gestores de políticas públicas, e, neste caso específico, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte. Este órgão é formado pelas organizações da sociedade civil e pelo Estado, e passa a ser responsável pela formulação e controle das políticas públicas para a infância e adolescência. O Conselho é estudado a partir da atuação e envolvimento das Organizações Não Governamentais neste órgão, buscando identificar os interesses, papéis e posicionamentos dos conselheiros. O trabalho tem como objetivos analisar os fatores que levam as Organizações da sociedade civil em Belo Horizonte a participarem do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como também em que medida sua atuação está respaldada pelo conjunto das organizações da sociedade civil. É analisado ainda até que ponto o posicionamento dos conselheiros está pautado em uma perspectiva mais geral de política pública ou é motivado essencialmente por interesses particularistas. Para atingir estes objetivos, foi realizada pesquisa teórica abordando a discussão sobre o sistema democrático e o sistema de proteção social brasileiro, além do surgimento do chamado “terceiro setor” no Brasil. Na pesquisa empírica, foi analisada a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, através de pesquisas documentais e entrevistas com conselheiros e entidades não governamentais. A dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o sistema de proteção social brasileiro, introduzindo as mudanças ocorridas neste sistema, principalmente com a institucionalização dos mecanismos de participação popular na formulação e controle da política pública. É discutido também neste capítulo o papel do Terceiro Setor na provisão de bens e serviços sociais. O segundo capítulo trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que estabelece e regulamenta a política pública para a infância e adolescência no Brasil. No terceiro e quarto capítulos são apresentados e analisados os dados empíricos da pesquisa realizada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte. Nesta pesquisa foi realizado um percurso histórico da trajetória do órgão, identificando a representação dos conselheiros não governamentais a partir de seu segmento de origem, assim como os interesses defendidos por elas. Foi apontada também a relação das entidades conselheiras com o conjunto das organizações da sociedade civil. Verificamos que esta relação apresenta problemas que fragilizam a legitimidade dos conselheiros no Conselho.

## ABSTRACT

The democratization process started in Brazil in the beginning of the eighties of the twentieth century indicate a moment of transition in the Brazilian system of social protection. The ideas of decentralization, municipalization and participation gain force and the social rights are increased. The Brazilian Federal Constitution of 1988 established a new standard of management for the public policies, in the perspective of improving the institutional performance of the government and also to guarantee the popular participation in the formulation and control of the public policies in Brazil. This dissertation discusses one of the institutional innovations of this new model: the management councils of public policies, and, in this specific case, the Municipal Council for the Rights of the Child and of the Adolescent of Belo Horizonte. The Council is studied from the point-of-view of the operation and involvement of the Non-Governmental Organizations in this organ, seeking to identify the interests, roles and positions of the counselors. The purpose of this study is to analyse the factors that mobilize the Civil Society Organizations in Belo Horizonte to participate in the Municipal Council for the Rights of the Child and of the Adolescent, as well as in which measure its action is held up by the entirety of the organizations of the civil society. The study also analyses up to which point the standpoint of the counselors is influenced by a more general perspective of public policy or is essentially motivated by particular interests. In order to attain these objectives a theoretical research was carried on, approaching the discussion about the democratic system and the Brazilian system of social protection, as well as the emergence of the so-called "third sector" in Brazil. In the empirical research the action of the Municipal Council for the Rights of the Child and of the Adolescent was analysed through documental studies and interviews with counselors and non-governmental entities. This dissertation is divided in four chapters. In the first chapter the Brazilian system of social protection is presented, as well as the changes that occurred in this system, especially after the institutionalization of the mechanisms of popular participation in the formulation and control of the public policy. The role of the Third Sector in the provision of goods and social services is also discussed in this chapter. The second chapter is about the Statute of the Child and of the Adolescent, which is the law that establishes and regulates the public policy for the infancy and adolescence in Brazil. In the third and fourth chapters the empirical data concerning the research done in the Municipal Council of the Rights of the Child and of the Adolescent of Belo Horizonte are presented and analysed. In this research the historical itinerary of the organ was retraced, with the identification of the segment of origin of the non-governmental counselors, as well as of the interests defended by them. The relation of the council-entities with the whole of the civil society was also examined. It was verified that this relation presents problems that make fragile the legitimacy of the counselors in the Council.